

As resistências ao mercado de alimentos transgênicos efetuadas pelo Greenpeace e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Rosana Oliveira Silva e Denise Franca Barros

RESUMO

Enquanto alguns poderosos agentes do mercado consideram que os alimentos transgênicos são seguros e necessários, existem organizações sociais de resistência por verem riscos à saúde humana e ao meio ambiente. A resistência pode ser entendida como a maneira que indivíduos e grupos praticam uma estratégia de apropriação em resposta às estruturas de dominação. Assim, o objetivo deste manuscrito é identificar e discutir as ações de resistência ao mercado de alimentos transgênicos efetuadas pelo Greenpeace e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e o *corpus* foi composto pelas matérias da Folha de S. Paulo, do O Estado de S. Paulo e dos sites das duas organizações, no período de 1998 a 2020. Os dados foram analisados pela técnica da análise temática. Os resultados mostraram muitas ações ao longo dos anos e que elas foram dirigidas ao governo e agentes políticos, às empresas, ao judiciário e aos consumidores individuais. Podemos dizer que as intenções das ações eram impedir que o mercado existisse. Contudo, foi a articulação das organizações com atores distintos que possibilitou que muitas das ações fossem bem-sucedidas. Esta pesquisa contribui para novos estudos de resistência que levem em consideração que o mercado é uma arena com vários agentes, e que, neste contexto, a potencialidade dos movimentos sociais deve ser observada.

Palavras-chave: alimentos transgênicos; movimentos sociais; resistência.

Resistance to the transgenic food market by Greenpeace and Brazilian Institute for Consumer Protection

ABSTRACT

While some powerful market players believe that transgenic foods are safe and necessary, there are social movements of resistance because they see risks to human health and the environment. Resistance can be understood as the way that individuals and groups practice an appropriation strategy in response to the structures of domination. Thus, the objective of this manuscript is to identify and discuss the actions of resistance to the transgenic food market carried out by Greenpeace and the Brazilian Institute for Consumer Protection. This research is characterized as qualitative and the corpus was composed of articles from Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo and the websites of the two organizations, from 1998 to 2020. The data were analyzed using the analysis technique thematic. The results showed many actions over the years and that they were aimed at government and political agents, companies, the judiciary and individual consumers. We can say that the intentions of the actions were to prevent the market from existing. However, it was the articulation of organizations with different actors that made it possible for many of the actions to be successful. This research contributes to new resistance studies that take into account that the market is an arena with several agents, and that, in this context, the potential of social movements must be observed.

Keywords: *resistance; social movements; transgenic food.*

Recebido em: 06/08/2021

Revisado em: 22/03/2022

Aprovado em: 25/07/2022



Rosana Oliveira Silva 

Universidade do Grande Rio e
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
Doutoranda em Administração,
Universidade do Grande Rio, Brasil

roliveira35@outlook.com

Denise Franca Barros 

Pesquisadora Independente.
Doutora em Administração, Escola de
Administração Pública e de Empresas,
Fundação Getúlio Vargas, Rio de
Janeiro, Brasil

barrosdenisef@gmail.com

Introdução

Os alimentos transgênicos têm ganhado relevância social, acadêmica (e.g., Marcelino & Marques, 2018) e em noticiários (e.g., Revista Abril, 2018; BBC News, 2015). Enquanto alguns poderosos agentes do mercado (alguns membros do agronegócio, grandes empresas de alimentação humana e animal, políticos etc.) consideram tais alimentos seguros e necessários (Marcelino & Marques, 2018; Camara, Marinho, Guilam, & Nodari *et al.*, 2009), existem várias ações de resistência por verem riscos à saúde humana e ao meio ambiente. No Brasil, o Projeto de Lei (PL) nº 34/2015, aprovado pela Câmara dos Deputados, que permite a exclusão da letra 'T' dos rótulos (Senado, 2019) – a letra "T" é uma forma de identificação para os consumidores – fez com que tais alimentos ganhassem mais espaço nos noticiários (e.g., Folha de S. Paulo, 2018; O Globo, 2017). Vale ressaltar que várias organizações questionaram o projeto, por permitir a retirada da identificação nos rótulos: a letra "T" dos rótulos dos produtos que contivessem alimentos com a técnica de transgenia (Greenpeace Brasil, 2018).

O Brasil é o segundo maior produtor de transgênicos do mundo, com 51,3 milhões de hectares divididos entre as culturas de soja, milho e cana de açúcar (além do algodão) (Croplife Brasil, 2020a). Quase cem por cento da produção de soja e de milho são transgênicos (Exame, 2018) e nas últimas duas décadas o lucro total das culturas transgênicas foi de R\$ 35,8 bilhões (Brondani, 2018). A liberação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ocorreu em 1998, depois que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão vinculado ao governo federal, autorizou o plantio de uma soja tolerante a herbicidas da empresa multinacional Monsanto (Croplife Brasil, 2020b).

As posições distintas que diversos grupos têm a respeito de tais alimentos mostram que a temática é caracterizada por controvérsias. Segundo Pinch e Leuenberger (2006), estudar uma controvérsia científica pode trazer à luz as relações subjacentes (inclusive conflituosas) entre ciência, tecnologia e a sociedade em geral. Para Lemieux (2007), os conflitos, as posições divergentes de grupos – mesmo aqueles pouco visíveis – e os recursos por eles utilizados revelam relações de poder e posições relativas de instituições variadas que dão forma à vida social. A crescente organização, publicização de suas ações e mobilização de recursos de alguns atores pode sugerir particular relevância do tema. A própria existência de controvérsias e debate social mostra a relevância não apenas social, mas acadêmica. No entanto, os alimentos transgênicos ainda não são muito explorados na área de marketing e de consumo.

Ademais, as pesquisas (e.g., Souza & Silva, 2018) não analisam as resistências existentes no mercado. Dentre os vários movimentos sociais de resistência, destacam-se duas organizações, o *Greenpeace* e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que alertam para o aumento das alergias, de agrotóxicos nos alimentos, consequências desconhecidas e perda da biodiversidade (Idec, [2009]; Barbeiro & Pipponzi, 2005). Tais organizações podem ser vistas como movimentos sociais à medida que organizam "[...]ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos

pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil” (Gohn, 1997, p. 251). Esses movimentos passaram a organizar a população e a realizar projetos coletivos (2011; 1997).

Nesta pesquisa, partimos do entendimento de que os movimentos dessas organizações podem ser vistos como formas de resistência à criação e ampliação do mercado de alimentos transgênicos. De acordo com Dalmoro, Peñaloza e Nique (2014), o estágio mais avançado das pesquisas de resistência, os agentes de resistência, que busca superar as limitações dos outros estágios, “[...]traz à tona as potencialidades que os agentes de mercado possuem no exercício da resistência, agindo dentro de uma dinâmica de mercado” (p. 125).

Logo, podemos tirar o foco do consumidor individual e considerar as ações coletivas (Peñaloza & Price, 1993). Dessa forma, considera-se o mercado “[...]uma função, um campo de batalha, onde diversos entes sociais atuam exercendo agência e traduzindo os interesses nos seus discursos e práticas” (Dalmoro *et al.*, 2014, p. 125).

A resistência pode ser definida como “[...]a maneira como os indivíduos e grupos praticam uma estratégia de apropriação em resposta às estruturas de dominação” (Poster, 1992, p. 94), dentro de uma lógica de mercado (Peñaloza & Price, 1993). Assim, este manuscrito tem como objetivo identificar e discutir as ações de resistência ao mercado de alimentos transgênicos efetuadas pelo *Greenpeace* e Idec, reportadas nos jornais Folha de S. Paulo e no O Estado de S. Paulo, considerados entre os principais jornais da atualidade do país (Bruggemann, Poffo, Souza, Messa *et al.*, 2014; Lins & Alves, 2021), além das matérias disponíveis nos *sites* do *Greenpeace* e do Idec, por meio da técnica de análise temática (Braun & Clarke, 2006).

Existem muitas dinâmicas sociais que, talvez, sejam mais importantes do que a resistência (e.g., desenvolvimento sustentável, impacto do agronegócio para os pequenos agricultores etc.), mas a resistência ajuda a entender algumas dessas dinâmicas. Nesse sentido, será possível entender as potencialidades que estes agentes possuem no exercício da resistência, visto que advogamos que “[...]outros agentes do mercado, como as organizações investigadas (grifo nosso), podem desempenhar um papel dominante no mercado” (Dalmoro *et al.* 2014, p. 125), e, por isso, não podem ser negligenciadas. Apesar de outros trabalhos já terem investigado o mercado de alimentos transgênicos, não foi encontrado nenhum que desse foco para essas organizações, bem como as análises não foram feitas a partir da resistência (de uma forma mais ampla), como mencionado.

De forma a atingir tal objetivo, a seguir, apresentamos o mercado de alimentos transgênicos e os questionamentos e a resistência, respectivamente, para maior entendimento sobre o mercado e a epistemologia utilizada. Os procedimentos metodológicos são descritos na quarta seção, enquanto nas subseqüentes, apresentamos e discutimos os resultados, bem como as considerações finais com sugestões para pesquisas futuras.

O mercado de alimentos transgênicos e os questionamentos

O OGM é definido pela Lei Federal nº 11.105/2005 como “[...]organismo cujo material genético - ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética” (Brasil, 2005, on-line). De uma maneira mais ampla, Ribeiro e Marin (2012) descrevem que “[...]são aqueles organismos, no caso as plantas, que têm seu material genético modificado pela introdução de um ou mais genes através da técnica de biologia molecular”. Tais genes vêm de vegetais, animais ou micro-organismos, e podem ser “introduzidos [...] conferindo às plantas, novas características [...]”. Dessa maneira, os alimentos transgênicos são criados/produzidos por técnicas da biotecnologia. Tais técnicas, na agroindústria, são consideradas como “[...]importante para a melhoria e para o aumento do processo produtivo” (p. 360).

Como sinalizado, foi a CTNBio que liberou um tipo de soja transgênica em 1998. Hoje, os produtos aprovados no Brasil são: soja, milho, feijão, eucalipto e cana-de-açúcar (Croplife Brasil, 2020b), mas muitos alimentos recebem OGM (e.g., biscoitos e óleos).

Além do Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Índia, Paraguai, China, Paquistão, África do Sul e Uruguai eram, em 2016, países com maior área plantada de transgênicos (Senado Notícias, 2017). Na Europa, apesar de alguns países produzirem, mais de 60% da União Europeia baniram o cultivo (Isto é, 2015). A oposição do *Greenpeace* e da *Friends of the Earth*, que identificam os alimentos como prejudiciais ao meio ambiente e à saúde (Mariuzzo, 2014), pode ter contribuído para o banimento em alguns países.

Quanto aos benefícios, Camara *et al.* (2009) trouxeram, a partir de Lacey (2006): “[...] grandes benefícios com o uso imediato dos transgênicos (semente com qualidade nutritiva aumentada)[...]”, “[...]inexistência de formas alternativas de agricultura a serem desenvolvidas em seu lugar, sem ocasionar riscos inaceitáveis (ex.: falta de alimento)[...]”, “[...]a expansão do conhecimento científico[...]

” e “[...]a ausência de perigos para a saúde humana e ambiental” (p. 670). Alguns órgãos governamentais, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, reforçam todos esses argumentos (Embrapa, [2014]).

No entanto, apesar de poderosos agentes do mercado afirmarem que os alimentos são seguros e necessários e das aprovações e liberações de órgãos governamentais e de outros órgãos importantes, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda existem muitos questionamentos quanto ao uso dos alimentos. Por exemplo, Brasil *et al.* (2009) identificaram que a soja transgênica contribuiu para alterações na morfologia uterina e ovariana das fêmeas dos ratos e Séralini, Clair, Mesnage, Gress *et al.* (2014) mencionam efeitos tóxicos, deficiência renal crônica e uma maior incidência de tumores nos ratos que consumiram milho transgênico. O livro *Lavouras Transgênicas: Riscos e Incertezas*, do Ministério, do Desenvolvimento Agrário, escrito por Gilles, Melgarejo, Fernandes e Ferraz (2015), cita mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores, que tratam sobre efeitos imprevistos e não intencionais da transgenia, sobre questões agronômicas relativas ao cultivo de plantas transgênicas e riscos para o meio ambiente associados ao

cultivo e/ou uso. Nesse sentido, Bauer-Panskus, Miyazaki, Kawall, & Then (2020) afirmam que novos desafios surgem na avaliação de riscos.

A falta de vigilância pós-comercialização, o desconhecimento quanto aos efeitos adversos (Vale, 2015; Ribeiro & Marin, 2012), a falta de uma investigação ampla (Marcelino & Marques, 2018), o privilégio das questões econômicas (Ribeiro & Marin, 2012), a falta de procura de alternativas (Marcelino & Marques, 2018) e o agravamento dos problemas com ervas daninhas (Bauer-Panskus, Miyazaki, Kawall, & Then, 2020), são outros questionamentos. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco, 2015) ainda relata que “[...]a transgenia trouxe mais dependência econômica, interferência cultural, insegurança alimentar e poluição genética[...]” em algumas regiões (p. 112).

Portanto, por entenderem que há riscos à saúde humana e ao meio ambiente, há movimentos sociais de resistência, tais como do *Greenpeace* e do Idec, que precisam ser investigados.

Resistência

No marketing, a resistência tem recebido atenção significativa (Roux, 2007) e está sendo bastante explorada nas últimas décadas (e.g., Ulver & Laureel, 2020; Dalmoro *et al.*, 2014; Peñaloza & Price, 1993), reconhecendo a necessidade de avanços (Dalmoro *et al.*, 2014). O interesse quanto à resistência do consumidor em Marketing, surgiu a partir do trabalho seminal de Peñaloza e Price (1993) e, a partir de então, têm sido exploradas as reações dos consumidores às empresas e às suas práticas (Lee, Roux, Cherrier, & Cova, 2011). Contudo, pesquisas sobre a resistência às estruturas dominantes ao mercado e ao marketing não são novidades (Izberk- Bilgin, 2010), e podem ser encontradas desde a década de 1950.

As resistências frequentemente emergem de grupos minoritários e ou subalternizados que passam a lutar por direitos. Paiva (2010), por exemplo, mostra a relevância do movimento negro, desde a década de 1950, com estratégias de resistência ativa e ação não violenta utilizada como forma de protesto. Há muitos exemplos de movimentos de resistência, tais como a de grupos locais ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte (Herrera & Moreira, 2013), as resistências dos movimentos feministas para a conquista de direitos (De Gregori, 2017), as culturas criadas e praticadas por grupos das margens como forma de resistir ao modelo de cidade criado (Halley, 2014), as resistências de grupos por direito à moradia (e.g., por meio das ocupações) (Paterniani, 2016; Birman, 2015), por meio da resignificação de grupos marginalizados em organizações (e.g., como nos *rolezinhos* realizados nos *shoppings*) (Nascimento, Teixeira, Oliveira, & Saraiva, 2016; Paterniani, 2016), o Movimento das Donas de Casa e Consumidores (MDCC) como uma instituição de resistência ao consumismo (Trindade, 2010), dentre muitos outros. Portanto, a resistência é um assunto muito tratado em diversas áreas.

Hollander e Einwohner (2004), que analisaram várias literaturas sobre resistência, informam que ela frequentemente está associada à uma ação política, mas também pode associar-se a um processo identitário.

Elas afirmam que os muitos usos da resistência diferem em duas questões centrais: o reconhecimento, relacionado à questão de visibilidade do ato de resistência; e a intenção, entendida quando analisadas as ações. A tipologia das autoras também enquadra outros elementos centrais de resistência, que são a ação (que envolve um comportamento ativo, seja verbal (com o uso das palavras), cognitivo (ações envolvendo consciência) ou físico (que envolve o uso do próprio corpo)) e a oposição, que aparece no uso das palavras contradizer, mudança social, rejeitar, dentre outras.

Esses elementos são combinados a três grupos, que podem entender um ato como resistente ou não, quais sejam: os atores do próprio ato, seus alvos e observadores interessados (Hollander & Einwohner, 2004). Dessa forma, o tipo de resistência pode ser enquadrado da seguinte forma: resistência aberta, se o ato é intencionalmente considerado como resistência pelo ator e reconhecido como resistência pelo alvo e observador; resistência encoberta, se o ato é intencionalmente considerado como resistência pelo ator e reconhecido como resistência pelo observador; resistência inconsciente, se o ato é reconhecido como resistência pelo alvo e observador; resistência com alvo definido, se o ato é reconhecido como resistência pelo alvo; resistência definida por fatores externos, se o ato é reconhecido como resistência pelo observador; resistência perdida (ou não observada), se o ato é intencionalmente considerado como resistência pelo ator e reconhecido como resistência pelo alvo; resistência “buscada”, se o ato é intencionalmente considerado como resistência pelo ator; e não resistência, se não considerado como resistência por nenhum dos três grupos. O *culture jamming* e os *spoof ads*, relacionados à *AdBusters Media Foundation*, por exemplo, podem ser enquadrados como resistência manifesta (ou resistência aberta) (ver De Oliveira, Pêsoa, & Ayrosa, 2017).

Poster (1992) apresenta a resistência como “[...]a maneira como os indivíduos e grupos praticam uma estratégia de apropriação em resposta às estruturas de dominação” (p. 94). Peñaloza e Price (1993) vão no mesmo sentido e entendem a resistência do consumidor de forma mais ampla, considerando também dentro da lógica do mercado. As autoras chegam a quatro dimensões de resistência, quais sejam: organizacional, que “[...]vai da ação individual à coletiva[...]”; de objetivos, “[...]que varia de reformista a radical[...]”; táticas de resistência, “[...]que varia de ações direcionadas a mudar o mix de marketing a ações direcionadas a alterar o significado dos produtos[...]”; e a que “[...]reconhece a importância do relacionamento do consumidor com instituições e agentes de marketing para o exercício de resistência” (p. 123). Assim, embora os conceitos de resistência do consumidor sinalizem, a *priori*, para o consumidor individual, desde Peñaloza e Price (1993), já se falava em ação organizacional coletiva (como de movimentos sociais).

Os estudos avançaram e é possível ver muitas abordagens sobre resistência do consumidor, conforme observado por Dalmoro *et al.* (2014), cabíveis em um contexto de consumo de forma mais ampla. Gabriel e Lang (1995), ao discutirem as faces dos consumidores, propuseram uma abordagem de resistência de acordo com duas dimensões: rebelião (reativa e efêmera) e ativismo (articulado e militante) – como as ações de movimentos sociais. Os boicotes podem ser usados como uma arma de resistência

e afetar o mix e a estrutura das práticas de marketing (Peñaloza & Price, 1993). Lee *et al.* (2011) entendem que a resistência “[...]se concentra em consumidores que se opõem a produtos, práticas e agentes que estão associados à uma estrutura de domínio” (p. 1682). Ela pode se expressar por atos de anticonsumo dirigidos a corporações dominadoras. Galvagno (2011) aborda que a resistência do consumidor “[...]é produzida por alguém em posição de poder[...]” (e.g., ativistas, associações) e “[...]é mais consciente e direcionado para mudar ou subverter o sistema” (p. 1699).

Iyer e Muncy (2009) apresentam quatro categorias de pesquisas de anticonsumo, revelando os anticonsumidores, quais sejam: 1) social-geral, os consumidores de impacto global que “[...]estão interessados em reduzir o nível geral de consumo para o benefício da sociedade ou do planeta” (e.g., relacionados a preocupações ambientais ou a desigualdade material e anticonsumidores que entende que o consumo excessivo que criou muitos dos problemas da sociedade (Dobscha, 1998)); 2) pessoal-geral, os simplificadores que desejam “[...]sair da sociedade em ritmo acelerado e de alto consumo e adotar um estilo de vida mais simples e menos voltado para o consumo” (e.g., aqueles que adotam estilo de vida e ficam mais felizes comprando apenas o necessário, diminuindo seu hábito de consumo); 3) social-marca (ou social específica), os ativistas de mercado que “[...]tentam usar o poder dos dólares do consumidor para impactar questões sociais[...]” (p. 161) (e.g., Convenção Batista do Sul solicitou que seus membros boicotassem a Disney devido às suas preocupações com os “valores familiares” (Orwall, 1999)), bem como podem evitar o uso de um produto ou marca específicos porque sentem que causam um problema social específico (e.g., degradação ambiental) – esse tipo de comportamento é adotado por ativistas como os do *Greenpeace* (Kraemer, Silveira, & Rossi, 2012); e 4) pessoal-marca (ou pessoal específica), consumidores antileais que “[...]exibem o oposto de lealdade à marca[...]”, as “[...]preferências de consumo próprias e de outros consumidores são fatores importantes para determinar a decisão de um consumidor individual de evitar um determinado produto” (e.g., evitar produtos indesejáveis é igualmente importante para que os consumidores individuais moldem sua identidade ideal (Englis & Solomon, 1997)) (Iyer & Muncy, 2009, p. 160-161).

Iyer e Muncy (2009) ressaltam que os simplistas e os antileais têm preocupações pessoais, já o social geral e social específica têm preocupações sociais. Salientamos que os autores ponderam que as categorias não são mutuamente exclusivas, portanto, uma pessoa – ou grupo – pode reduzir o consumo em razão de um ou mais motivos relacionadas a cada categoria. No que se refere às ativistas de mercado, eles “[...]às vezes são auxiliados por publicações que os mantêm informados sobre as marcas e empresas que devem ser evitadas” (p. 161). Dessa forma, utilizam seu poder para impactar a sociedade.

Dalmore *et al.* (2014) analisaram as diversas abordagens sobre resistência do consumidor e, após separar as análises em quatro estágios, abordam que a análise “[...]passa pela busca da compreensão de como as pessoas se posicionam como agentes dentro do mercado” (p. 119). Não obstante, a “[...]resistência do consumidor não se limita a analisar somente a relação entre consumidores e produtores, pois outros agentes

do mercado podem desempenhar um papel dominante” (p. 125). Tais entendimentos estão dentro do que Dalmoro *et al.* (2014) descreveram como quarto estágio das pesquisas, onde vários agentes são considerados e se unem para a resistência. Nesse sentido, os autores reforçam a importância “[...]de entender a resistência do consumidor enquanto um modo como os agentes usam as estruturas de mercado para subverter uma estrutura de dominação” (p. 129). Nesse sentido, os movimentos sociais são fortemente associados à luta e à resistência (Hollander & Einwohner, 2004).

■ Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e, para compor o *corpus*, foram coletadas matérias da Folha de S. Paulo (Folha.com), do O Estado de S. Paulo (Estadão.com) e dos *sites* do Greenpeace Brasil e do Idec. O jornal Folha de S. Paulo é considerado um dos principais jornais da atualidade do país (Bruggemann, Poffo, Souza, Messa *et al.*, 2014), assim como O Estado de S. Paulo (Lins & Alves, 2021).

Quanto ao perfil do O Estado de S. Paulo, Fonseca (1997, p. 115) ressalta que ele atua “[...]como aparelho privado de hegemonia em prol da causa liberal, sob a qual escolhe a defesa do capitalismo e da dominação político/econômica, ou, numa palavra, o *status quo*”. Oliveira (2020) chama atenção para o fato de tal jornal estar alinhado à elite conservadora, que compõe a maior parte do seu público leitor. No que tange ao jornal Folha de S. Paulo, a autora afirma que “[...]é possível que o veículo adote a postura que melhor lhe convém diante do cenário sociopolítico do país, levando em consideração o perfil majoritário de seus leitores” (p. 58).

Pontuamos que foram consideradas as matérias de 1998 a 2020, isso por ter sido a partir de 1998 que a CTNBio deu a primeira aprovação para um alimento transgênico humano. Para a consulta, foram utilizadas as palavras-chave ‘Greenpeace Alimentos Transgênicos’, ‘Greenpeace Alimentos Geneticamente Modificados’, ‘Idec Alimentos Transgênicos’ e ‘Idec Alimentos Geneticamente Modificados’ para o Folha.com, e ‘Greenpeace Transgênicos’ e ‘Idec Transgênicos’, para o Estadão.com. As palavras foram digitadas no local de busca. No caso dos *sites* do Greenpeace Brasil e Idec foram digitadas a palavra-chave ‘Transgênicos’.

Em uma primeira consulta, foram encontradas um total de 782 matérias, contudo, percebemos que algumas não mencionavam o mercado do Brasil e outras não falavam sobre ações de resistência ou estavam em duplicidade. Portanto, essas matérias foram descartadas. Por fim, foram consideradas 397 matérias. Tais matérias abordavam, mais claramente, sobre ações de resistência das organizações. O Quadro 1 traz o quantitativo de matérias por fonte e, também, por ano.

Fonte		Quantitativo	
Folha de S.Paulo		156	
O Estado de S. Paulo		111	
Greenpeace Brasil		17	
Idec		113	
Ano	Quantitativo	Ano	Quantitativo
1998	9	2010	7
1999	15	2011	9
2000	57	2012	6
2001	38	2013	13
2002	33	2014	8
2003	32	2015	12
2004	19	2016	10
2005	10	2017	20
2006	12	2018	14
2007	20	2019	6
2008	21	2020	5
2009	21		
Total Geral			397

Quadro 1. Total de matérias por fonte e por ano

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme podemos observar no Quadro 1, a maioria das matérias foi encontrada até o ano de 2009. Isso sugere que ações de resistências podem ter sido diminuídas.

As matérias selecionadas, quando assinadas, eram de *freelancers*, colunistas, profissionais ligados a sucursais, repórteres locais, dentre outros. As matérias foram publicadas em cadernos ou colunas, tais como Especial, Vitrine, Editorial, Folha online, Agrofolha, Mercado e Ciência, na Folha.com, e Opinião, Sustentabilidade, Política, Economia, Ciência, Saúde, Blogs e Direto da Fonte, no Estadão.com.

No que se refere às características dos cadernos ou colunas da Folha de S. Paulo, podemos destacar: Especial, dá destaque a um determinado tema (e.g., Biotecnologia) ou acontecimento (como os episódios do 11 de setembro de 2001), trazendo a notícia como espetáculo, com “[...]a utilização de grande quantidade de fotografias, ilustrações, infogravuras e outros recursos gráficos” (Moreira & Oliveira, 2013, p. 3); Vitrine, traz temas que vão de alimentação à tecnologia, “[...]passando por decoração, moda e cultura, com dicas dos locais mais luxuosos e dos populares” (Folha S. Paulo, 2007, on-line), voltado ao mundo do consumo (Alves, Oliveira, Campanate, & D’Andréa, 2010); Editorial, “[...]evita limitar-se a economia e política, trata também de temas como ciência e comportamento”, conservador “[...]em termos econômicos, progressista em termos sociais”, bem como há sempre o interesse de chegar a formadores de opinião, tomadores de decisão,

empresários, professores universitários e governantes (Guerreiro Neto, 2019, p. 98-99); Agrofolha, “[...]uma parte do caderno de economia dedicada à área de agronegócios”, onde há uma “análise de mercado [...]” (Jacobini, 2008, p. 204); Mercado, “[...]traz as principais decisões da política econômica, os grandes negócios nacionais e globais e as principais alterações no panorama econômico mundial e seus reflexos no Brasil” (Folha de S. Paulo, 2007a, on-line); Ciência, “[...]cobre as áreas de pesquisa em ciências naturais e de ambiente no Brasil e no mundo e com o objetivo de tornar compreensível às pessoas leigas o trabalho de setores especializados” (Folha de S. Paulo, 2007a, on-line) e, assim como acontece com outros jornais (e.g., O Estado de S. Paulo), costuma tratar de avanços, anúncio de descobertas, decisões sobre pesquisa e desenvolvimento etc. (Campos, 2014).

Quanto às características dos cadernos ou colunas do O Estado de S. Paulo, ainda não mencionados, destacamos: Opinião, que, assim como Guerreiro Neto (2016), menciona quanto às linhas editoriais, traz opiniões de “[...]pessoas que tenham certa proximidade de pensamento e pela introjeção de um *habitus* e uma *doxa comuns*”, ou seja, tende a não apresentar “[...]divergências frontais à opinião do jornal” (p. 98); Sustentabilidade, traz notícias sobre o meio ambiente, natureza e ecologia (O Estado de S. Paulo, 2022), assim como o de Saúde traz notícias relacionadas ao tema; Política, pode-se dizer que segue a linha liberal no sentido clássico (Guerreiro Neto, 2016); Economia, “[...]o objetivo de atrair o leitor mais geral interfere na visão sobre a notícia econômica e o interesse do público especializado” e o mercado passa a ser reduzido ao mercado financeiro (Jacobini, 2008, p. 190); Blogs, segundo Aldé, Escobar e Chagas (2007), que analisaram os de política (que são a maioria), constituem-se “[...]em um híbrido entre a atualidade jornalística e a crônica pessoal”, sendo “[...]um espaço de discussão acalorada da pauta jornalística e expressão de subjetividades e idiosincrasias” (p. 31-32); e Direto da Fonte, até 2007, era publicado no caderno de economia, mas depois, “[...]o conteúdo da coluna foi ampliado, saindo do espectro econômico para cobrir os bastidores do poder em toda sua abrangência, na política, na economia, nas artes e nos esportes” (Mion, 2022, on-line). Vale pontuar que alguns desses espaços de publicação dos dois jornais não existem mais, mas, muitas vezes, foram migrados para outros cadernos.

De uma maneira geral, Guerreiro Neto (2016) identificou que “[...]a Folha tem historicamente a fama de não se posicionar claramente, ficar “em cima do muro”, enquanto o Estado carrega uma imagem de jornal assertivo” (p. 99). Além disso, “[...]na Folha, há um esforço para tornar o jornal mais incisivo, alterar a imagem de indefinição, e, ao mesmo tempo, apresentar informações de modo a produzir editoriais mais analíticos, que por vezes se aproximem de uma reportagem” (Guerreiro Neto, 2016, p. 99). Aqui partimos da concepção de que por mais que a mídia distorça a realidade, selecione alguns elementos, esqueça outros etc., ela é tão somente mais um ator que produz relatos da realidade (Cochoy, 2010).

Os achados foram analisados pela técnica de análise temática (Braun & Clarke, 2006). Barbosa, Silva e Nunes (2017) ressaltam que essa análise contribui para o desenvolvimento de pesquisas de característica histórica e amparadas em paradigmas interpretacionistas. Braun e Clarke (2006)

pontuam que ela segue seis fases: familiarização com dados, transcrever, ler e reler os dados; gerando códigos iniciais, “[...]codificar recursos interessantes dos dados”; buscando temas, “[...]reunir os códigos em temas potenciais”; revisando temas, “[...]verificar se os temas funcionam em relação aos extratos codificados”; definindo e nomeando os temas, “[...]análise contínua para refinar as especificidades de cada tema e a história geral que a análise conta”; e produzindo o relatório, “[...]análise final dos extratos selecionados, relacionando a análise com a questão de pesquisa e a literatura” (p. 87). Tais fases foram seguidas.

Fereday e Muir-Cochrane (2006) entendem que a análise temática pode ser feita por meio de um processo híbrido, indutivo e dedutivo. Assim, nesta pesquisa, embora tenhamos partido da literatura para estabelecer os temas, os dados trouxeram novos elementos que possibilitaram ajustar os temas criados. Barbosa *et al.* (2017) discorrem que autores que se baseiam nessa técnica recomendam fortemente que a revisão aprofundada da literatura seja mantida em suspenso até a coleta de dados e que idas e vindas (da literatura aos dados e dos dados à literatura) é o mais rico que existe em tal técnica.

■ Análise e discussão dos resultados

Após cumpridas todas as etapas, depois das idas e vindas sugeridas pelos autores que trabalham com a análise temática, foram estabelecidos os temas, as definições e as referências que contribuiram com tais definições. O Quadro 2 apresenta esses pontos.

Temas	Definições adotadas nesta pesquisa	Referências
Resistência aberta	Resistência intencionalmente considerada como resistência pelo ator e reconhecida como resistência pelo alvo e observador.	Hollander e Einwohner (2004)
Mobilização direcionada ao consumidor individual para o boicote	Mobilização das organizações direcionada ao consumidor individual para boicotar a utilização dos alimentos transgênicos.	Dalmoro <i>et al.</i> (2014), Lee <i>et al.</i> (2011) e Peñaloza e Price (1993)
Ativistas de mercado organizados e militantes com objetivos radicais	Ativistas de mercado com ações de resistência articuladas com objetivos radicais que visam mudar aspectos estruturais do mercado de alimentos transgênicos, trazendo consequências para outros agentes.	Dalmoro <i>et al.</i> (2014), Kraemer, Silveira, e Rossi (2012), Lee <i>et al.</i> (2011), Galvagno (2011), Iyer e Muncy (2009), Hollander e Einwohner (2004), Gabriel e Lang (1995) e Peñaloza e Price (1993)

Quadro 2. Temas, definições adotadas nesta pesquisa e referências

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Primeiramente, é oportuno ressaltar que o *Greenpeace* e o *Idec* se colocam contrários e resistentes ao mercado de alimentos transgênicos por entenderem que são prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana (e.g., fala-se em excesso de agrotóxicos nas técnicas de transgenia). Não obstante, diante da verificação de que as organizações questionam o uso de alimentos transgênicos, e, portanto, atuam em ações de resistência ao mercado, é importante identificar e discutir essas ações.

Nas próximas subseções, analisamos e discutimos os resultados por meio dos temas destacados no Quadro 2. No entanto, primeiramente, apresentaremos as duas organizações.

Apresentando o Greenpeace e Instituto de Defesa do Consumidor

O *Greenpeace* é uma organização internacional sem fins lucrativos, uma organização não governamental (ONG), financiada unicamente pelos apoiadores (Oliveira, Pinto, & Vizzoto, 2020). Fundada em 1971, hoje conta com escritórios em mais de 50 países (Greenpeace, [2021]). No Brasil, está em mais de 600 cidades, com mais de 3000 voluntários. Dentre os membros, constam cientistas, jornalistas, ambientalistas etc. (Mariuzzo, 2014), membros da sociedade civil que se identificam com as causas da ONG. Tal ONG é a mais atuante nas causas ambientais, se consolidando no movimento ambientalista do qual o cidadão é o protagonista (Oliveira *et al.*, 2020). As ONGs internacionais são colocadas por Jacobi (2000) como atores relevantes devido a capacidade de exercer pressão política, mobilizar, influenciar e pressionar comportamentos de governos nacionais, organismos internacionais etc.

Gohn (1997) relata que o *Greenpeace* faz parte de modelo de movimento social norte-americano que chegou no Brasil nos anos de 1990, com o modelo de movimento-organização, que tem ênfase na autoestruturação a partir de: “[...]política interna de captação de recursos; constituição de uma base de adeptos e militantes; articulação com a sociedade civil e política por meio de políticas de parceria; envolvimento em projetos sociais operacionais; e política de formação e qualificação de quadros” (p. 240).

Alonso e Favareto (2012) acreditam que movimentos ambientalistas estão fortes e globalizados, mas estão menos contestadores ao passarem de antagonistas do Estado para parceiros de instituições governamentais. Além disso, os autores entendem que esses movimentos passaram a participar do processo político e preferem a mesa de negociação às ruas. Miguel (2014) entende que o *Greenpeace* resiste a tal modelo – pelo menos em certa medida –, por não realizar parcerias com instituições governamentais. Todavia, Alonso e Favareto (2012) chamam atenção para uma estratégia do *Greenpeace*, enfatizada por Miguel (2014), a midiática, usar declaração de lideranças, personalidades, artistas e intelectuais, as ações simbólicas que requerem poucos indivíduos (diferente das grandes).

Entretanto, se antes havia uma arena política mais favorável a movimentos sociais, com um presidente eleito apoiado por alguns movimentos (Alonso & Favareto, 2012), atualmente há “[...]um projeto econômico excludente, desenvolvimentista e declaradamente avesso aos movimentos e reivindicações sociais progressistas” (Miguel, 2020, p. 144). Assim, tal como o *Greenpeace*, no Brasil, o Idec não encontra um terreno político favorável.

O Idec é uma associação de consumidores sem fins lucrativos nacional, fundada em 1987, e atua no direito do consumidor saber o que come, além de buscar políticas que possibilitem a escolha de alimentos que sejam melhores para a saúde e o meio ambiente (Idec, [2021]).

Nesse contexto, apoiam informações claras e simples nos rótulos, ampliação do acesso a alimentos orgânicos, restrição do uso de agrotóxicos etc. Ele também não é financiado por empresas, partidos e governos. Por isso, os consumidores também são os protagonistas. O Idec foi criado muito próximo de quando o *Greenpeace* se instalou no Brasil.

Hemais (2018) afirma, a partir de outras referências, que começaram a surgir organizações de defesa do consumidor no Brasil, “[...]que adotam um modelo de consumerismo oriundo dos EUA e da Europa”, “[...]no qual a individualização dos problemas de consumidores e a preocupação de informar tais indivíduos sobre empresas e seus produtos” (p. 595) torna-se parte fundamental. Essa influência, segundo o autor, faz parte das ações do Idec, além de outras duas organizações, consideradas as mais importantes organizações de defesa do consumidor do Brasil. Todas elas, de acordo com o autor, são associadas à *Consumers International* (CI). Por isso, “[...]a CI e outras organizações eurocêntricas de defesa do consumidor estreitaram laços com as organizações brasileiras, facilitando, assim, a reprodução de práticas consumeristas do Norte Global localmente” (p. 595).

O *Greenpeace* é um modelo de movimento social que chegou ao Brasil para atuar em programas com a população (Gohn (2011; 1997). Isso permite que as ações da ONG e do Idec sejam vistas dentro dos movimentos sociais (Gohn, 2011; 1997). Portanto, atores sociais coletivos organizados, de diferentes classes e camadas da sociedade (Gohn, 2011; 1997), mobilizando a sociedade civil desorganizada (consumidores individuais). Tais movimentos concentram-se em agendas que envolvem demandas que abrangem os problemas da sociedade onde atuam (Gohn, 1997). Para a autora, movimentos sociais usam a mídia e as atividades de protestos como forma de mobilizar a opinião pública, conseqüentemente, exercer pressão sobre órgãos e políticas públicas. Oliveira *et al.* (2020) afirmam que o *Greenpeace* fazia ações espetaculosas para mobilizar os consumidores individuais, mas depois passou a usar outros meios, tais como o *site* da organização e as redes sociais, com o propósito de atingir o maior número de pessoas. A organização também passou a usar atores que têm uma certa notoriedade (Alonso & Favareto, 2012). Essa também é a estratégia do Idec.

Resistência aberta

Hollander e Einwohner (2004) ressaltam que a resistência pode ser classificada como aberta (ou manifesta), quando ela é intencionalmente considerada como resistência pelo ator e reconhecida como resistência pelo alvo e observador. Portanto, por meio da pesquisa, podemos dizer que as ações de ambas as organizações podem ser enquadradas como resistência aberta, visível para todos e, intencionalmente, considerada como resistência pelas organizações.

Contudo, por mais que tenhamos partido de duas organizações como atores principais das ações de resistência, a pesquisa demonstrou que, em muitas ações, havia a participação das duas organizações, em conjunto, mas também de outras instituições e movimentos, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgãos ligados ao governo federal,

o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), dentre outros. Isso mostra a articulação de vários atores com o mesmo interesse.

A pesquisa também mostrou que alguns atos/ações observáveis como atos de resistência, exercidos por atores que não são reconhecidos como praticantes do exercício de resistência, contribuíram com os atos de resistências abertas do *Greenpeace* e do Idec. Esse destaque traz um ponto importante para a tipologia de Hollander e Einwohner (2004). Por exemplo, a Anvisa e o Ibama apresentaram recursos contra as liberações comerciais de variedades de milhos transgênicos (feitas por um órgão também ligado ao governo federal, CTNbio), alegando que: “[...]os estudos apresentados pelas empresas quanto à toxicidade e alergenicidade foram completamente inadequados e insuficientes para garantir a segurança destes produtos para a saúde humana[...]”; “[...]não estão garantidas as condições para impedir a contaminação das variedades tradicionais ou crioulas de milho[...]”; e “[...] não foram realizados estudos de impacto ambiental” (Idec, 2008, on-line).

Esses recursos contribuíram com as ações do *Greenpeace* e do Idec, bem como balizaram as ações posteriores feitas pelas organizações. Em 2010, por exemplo, a Justiça Federal proibiu a venda do milho transgênico *Liberty Link*, produzido pela Bayer (até que a CTNBio aprovasse o plano de monitoramento do produto no mercado), e ordenou a proibição do uso do milho resistente ao herbicida glufosinato de amônio, no Norte e Nordeste (até que fossem realizados estudos ambientais do produto nas regiões) (O Estado de S. Paulo, 2010).

Havia divergências dentro do próprio governo federal e de governadores, onde alguns colocavam-se contra o mercado de alimentos transgênicos. No entanto, além de alguns agentes públicos serem a favor, outros também eram, como os ruralistas (que também fazem parte da política) e algumas empresas, tais como a multinacional Monsanto, ONGs como Amigos da Terra, além de outros órgãos governamentais. O que deixa evidente um campo de batalha existente no mercado de alimentos transgênicos, mas, ao mesmo tempo, um campo onde as organizações investigadas se mobilizaram e se articularam com atores diversos.

Observamos que os políticos ligados a partidos de direita mostravam-se favoráveis aos alimentos transgênicos, enquanto os de esquerda mostravam-se contrários. Entretanto, diante da pressão da Monsanto e de agricultores, em uma clara priorização aos aspectos econômicos, os políticos de esquerda também contribuíram para a liberação dos transgênicos, como o presidente em exercício em 2003 (O Estado de S. Paulo, 2003, on-line).

Vale pontuar que as ações de resistências também foram na direção de impulsionar e mobilizar os consumidores individuais, que foram participativos em muitas ações das organizações, como é comum em movimentos sociais (Gohn, 1997). Hollander e Einwohner (2004) trazem os elementos centrais de resistência relacionados aos movimentos sociais e apontam para a ação, que se relacionam a três comportamentos (verbal, cognitiva e física). Destarte, ao confrontar os achados com esses direcionamentos, foi possível identificar os três tipos de comportamentos, que deixam evidentes que as resistências, por parte do *Greenpeace* e do Idec, foram abertas (manifestas).

Nesse sentido, muitas manifestações/ações verbais foram encontradas, como falas de representantes das organizações girando em torno de questionamentos quanto à liberação dos alimentos sem que se fizesse estudo sobre os impactos, sobre o direito do consumidor saber o que está comprando e na direção de não haver sistemas de vigilância que oferecessem garantias para aprovação, além do repúdio ao desrespeito às leis e contra o PL nº 34/2015.

Há muitos alimentos que, durante o processamento, perdem informação do DNA. Podem se tornar transgênicos não identificáveis num exame laboratorial. [...]. Seria um retrocesso deixar de informar isso, alerta nutricionista do Idec. (Folha de S. Paulo, 2018, on-line)

Dentre as críticas quanto a PL nº 34/2015, o *Greenpeace* e o Idec defendem que o Projeto retira dos consumidores o direito de saber se o que comem possui ou não OGMs. Salientamos que, de acordo com Krupczak, Aires e Reis (2020), na Europa é obrigatório a rotulagem de alimentos que contenham transgênicos, mas nos EUA “[...]as regras são mais brandas e a indicação destes alimentos nos rótulos não é obrigatória” (p. 92). Portanto, se a PL for aprovada, o Brasil irá na direção dos EUA. Vale ressaltar que mesmo quando a justiça havia proibido a comercialização e produção, havia produção transgênica, devido ao contrabando de sementes transgênicos da Argentina (O Estado de S. Paulo, 2001a), como observamos em algumas matérias. Na realidade, o contrabando começou na década de 90, antes de haver qualquer liberação no país (Idec, 2013).

Outras ações verbais encontradas, em forma de documentos, foram, por exemplo: Guia do Consumidor com o intuito de informar a população os riscos ao meio ambiente e à saúde humana e o posicionamento das principais indústrias de alimentos (Folha de S. Paulo, 2003a); Guia Proteção e Sustentabilidade que reforça que “[...]as alterações no patrimônio genético das nossas plantas e sementes estão diretamente ligadas ao aumento do uso de agrotóxicos” (Folha de S. Paulo, 2019, on-line); lista de alimentos que podem conter traços de transgênicos – ou não; e cartas dirigidas a agentes do governo e à CTNBio. As campanhas que serão destacadas posteriormente, também são exemplos de formas de ações verbais.

Ainda foi encontrada evidência de encontro com possível integrante do governo com a intenção de convencê-lo a resistir ao lobby das multinacionais para a aprovação dos alimentos – como a Monsanto (Folha de S. Paulo, 2002). Na época, de acordo com a matéria, as empresas de biotecnologia dos EUA queriam usar o programa Fome Zero (programa do governo federal na época) para introduzir a questão. Vale destacar que a diminuição da fome nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, é uma das justificativas para se ter os transgênicos, apesar de questionamentos de alguns autores (e.g., Dutra & Souza, 2017; Cavalli, 2001).

O *Greenpeace* chegou a trazer ao país, representantes de empresas italianas e francesas, consumidoras há, pelo menos, três anos de soja brasileira não-transgênica, para encontros, em Brasília, com representantes da Confederação Nacional de Agricultura e Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados (O Estado de S. Paulo, 2002). Era comum a participação de ambas as organizações em encontros, congressos, audiências públicas etc.

Observamos, ainda, que as mobilizações junto aos agentes políticos eram frequentes, e assim, as ações das ruas parecem ter sido trocadas pelas mesas de negociações, como Alonso e Favareto (2012) ressaltaram que ocorreu. “Vamos trabalhar junto à Câmara pela rejeição do texto do Senado”, coordenador do *Greenpeace* (O Estado de S. Paulo, 2004, on-line). Até 2009, as ruas também eram usadas pelos movimentos, por mais que não tenham sido movimentos em massa (apenas com alguns manifestantes ligados às organizações). Entretanto, depois, percebemos que as ruas foram deixadas de lado. Isso demonstra que as resistências não se limitam às manifestações apoteóticas (que podem parecer mais evidentes e de fácil observação).

Quanto às manifestações cognitivas, elas também puderam ser encontradas em vários exemplos, como nas cartas dirigidas a representantes do governo, elaboradas pelas organizações, em muitos casos, com a participação de outras organizações e/ou movimentos – algumas contendo assinaturas de consumidores de forma virtual – e os guias elaborados pelas organizações. Contudo, outras formas de resistência podem ser citadas, quais sejam: as ações judiciais impetradas pelas organizações (e outras instituições), que fizeram com que a liberação da soja transgênica dada pela CTNBio em 1998 fosse proibida até 2003; cobrança de medidas em relação à falta de fiscalização em todas as etapas da cadeia produtiva; e divulgação de um estudo que identificou, na Bélgica, que a mesma soja transgênica aprovada no Brasil tinha uma sequência desconhecida de DNA (Folha de S. Paulo, 2001a). As ações também fizeram com que órgãos governamentais passassem a fiscalizar o cumprimento das regras.

No que tange às ações físicas, elas também foram muito presentes, sobretudo porque muitas, principalmente do *Greenpeace*, envolviam o ‘corpo-a-corpo’ (ações consideradas apoteóticas), além das outras citadas. Destacamos os protestos em supermercados e frente a fábricas de alimentos que usavam componentes transgênicos, invasão em reunião da CTNBio e várias manifestações no Planalto e no Congresso Federal.

Uma manifestação do *Greenpeace* abalou a segurança do Palácio do Planalto nesta terça-feira. Sem ter como os seguranças impedirem, manifestantes da ONG (organização não governamental) subiram com um Toyota Corolla em frente ao espelho de água do Planalto. O carro, uma imitação do veículo presidencial, trazia na porta adesivos com os seguintes dizeres: “O Brasil é transgênico. Apoio Monsanto.” Em outro adesivo, estava escrito “veículo oficial da presidência transgênica do Brasil [...]”. (Folha de S. Paulo, 2005, on-line)

Entretanto, tal como observaram Oliveira *et al.* (2020), as mobilizações passaram a ser feitas, sobretudo, na *internet*, além das ações junto aos agentes políticos. A partir de 2010, observamos que as matérias não falavam mais de protestos feitos de forma presencial.

Pelo exposto, foram muitas as ações encontradas, de forma que não é possível separar as ações das duas organizações, pois elas trabalharam em conjunto em muitas delas, por mais que sejam organizações de natureza totalmente diferente. Tais ações, embora pudessem ser mais dirigidas ao governo e agentes políticos, em alguns casos, também foram diretamente às empresas, ao judiciário e muitas mobilizaram consumidores individuais. Vale pontuar que as análises comprovaram que as organizações se articulavam com pessoas ligadas à política, com órgãos governamentais,

outros movimentos sociais e empresas, com o intuito de obter êxito nas suas ações. Assim, a resistência pode ser ao mercado, mas como existem vários agentes que participam do mercado, a resistência não se limita às empresas que produzem e comercializam transgênicos.

Mobilização direcionada ao consumidor individual para o boicote

De Peñaloza e Price (1993) inferimos que o boicote é uma forma de resistência que pode ser ao mercado, de uma maneira mais ampla (Dalmoro *et al.*, 2014). Semelhantemente, Lee *et al.* (2011) argumentam que a resistência está concentrada na oposição a produtos, práticas e agentes, e a resistência pode ser em atos de boicote.

Nesse aspecto, as campanhas 'Transgênicos: Não Engulo Essa', 'Por um Brasil Livre de Transgênicos', 'Transgênicos no meu Prato, Não!', 'Essa Não Dá para Engolir', dentre outras, e os guias feitos pelas organizações demonstram as formas utilizadas para mobilizar os consumidores individuais a aderir às suas causas, e, conseqüentemente, boicotar as empresas que utilizassem ingredientes transgênicos e/ou os fabricassem ou ainda vendessem produtos com a presença de alimentos transgênicos (supermercados), além de cobrar ações por parte do governo, empresas, congressistas e órgãos vinculados ao governo (como a CTNBio).

As campanhas são baseadas em uma espécie de corrente por e-mail. São cartas escritas pela ONG denunciando problemas e propondo soluções. Elas já são endereçadas para a autoridade responsável pela área. O internauta se soma à campanha assinando virtualmente a carta e enviando. Quanto mais assinaturas, mais a campanha chama a atenção. As cartas chegam aos ministros, congressistas e até mesmo ao presidente da República, pressionando por uma solução. (Folha de S. Paulo, 1999, on-line)

A organização lançou no último dia 16, a campanha 'Transgênicos: não engulo essa!'. A coordenadora da organização Tatiana Carvalho disse que "o governo brasileiro está discutindo um novo projeto de lei para regulamentar a biossegurança no país, e é fundamental que a população participe do debate [...]". Ainda de acordo com a coordenadora, devido à pressão dos consumidores, 13 indústrias de alimentos se comprometeram a não utilizar organismos geneticamente modificados em seus produtos. (Folha de S. Paulo, 2003c, on-line)

Como avistamos dos dados, uma das campanhas fez com que os consumidores pressionassem 13 indústrias de alimentos a não utilizarem OGMs em seus produtos (Folha de S. Paulo, 2003b), o que deixa claro a mobilização dos consumidores individuais junto às organizações. A inclusão de empresas que utilizam alimentos transgênicos na lista vermelha e dos que não usam na lista verde, deixa clara a intenção de solicitação de boicote às empresas. A publicação dessas listas pode ser considerada como forma das organizações auxiliarem os consumidores individuais a identificar as empresas que devem ser evitadas. Mas há evidências mais claras em alguns trechos: "Idec pretende fazer campanha de boicote às empresas que insistem em cultivar grãos modificados no Brasil" (O Estado de S. Paulo, 2001b, on-line).

Há muitas indicações de ações que conseguiram alcançar o propósito junto aos consumidores. Contra a liberação do arroz transgênico da empresa

Bayer, por exemplo, o *Greenpeace* conseguiu mais de 20 mil assinaturas numa petição (Folha de S. Paulo, 2009). Podemos dizer que as organizações se uniram aos consumidores (e vice-versa), por meio dos movimentos, para alterar as estruturas do mercado, tal como Dalmoro *et al.* (2014) dizem ser uma possibilidade. Gohn (1997) afirma que os movimentos sociais usam a mídia e os protestos para mobilizar e exercer pressão sobre órgãos e políticas estatais. Desse modo, as organizações utilizaram os protestos e a *internet* para mobilizar consumidores e pressionar órgãos, políticas estatais e as empresas em prol de suas causas. Também, nesse mesmo sentido, se articularam com agentes políticos, empresas e outros atores.

Por mais que as ações nas ruas tenham deixado de existir – pelo menos nas matérias pesquisadas –, os guias e *e-book* lançados pelas organizações, recentemente, mostram que a tentativa de boicote continua. Em 2018, por exemplo, o Idec lançou o *e-book* com 10 mitos e verdades sobre agrotóxicos, e um dos mitos apresentados é que os transgênicos têm uma quantidade menor de produtos químicos (O Estado de S. Paulo, 2018). Outro exemplo é que em 2020, na época das tradicionais festas juninas, o Idec chamou atenção para o fato de muitas receitas utilizarem milho transgênico e pediu para os consumidores verificarem se os produtos utilizados têm um triângulo com “T” no rótulo. Além disso, fez um apelo “[...]priorize a compra de comida de verdade”, o Mapa de Comida de Verdade é um projeto “[...] que te ajuda a encontrar iniciativas que comercializam alimentos saudáveis e sustentáveis e apoiar os pequenos produtores durante a pandemia” – alimentos sem transgênicos (Idec, 2020a, on-line).

Ativistas de mercado organizados e militantes com objetivos radicais

Por meio de Peñaloza e Price (1993), podemos dizer que as ações podem ser classificadas como coletivas. Quanto aos objetivos, as autoras afirmam que eles podem variar reformistas a radicais. Na mesma direção, Gabriel e Lang (1995) falam em ativismo articulado e militante e Iyer e Muncy (2009) trazem o ativista de mercado (ligados à forma de anticonsumo social-marca/social específica). Nesse sentido, constatamos que houve várias ações que comprovam que as organizações são ativistas de mercado organizados, militantes e possuem objetivos radicais. Ou seja, podemos dizer que as intenções (Hollander & Einwohner, 2004) não eram apenas fazer uma pequena modificação no mercado e/ou nas estratégias de marketing, eram impedir que o mercado existisse no país (pelo menos até que se tivesse certeza de que o uso é seguro) e impedir que novos alimentos entrassem no mercado, depois que ele passou a existir. Por isso, as resistências abertas são tão evidentes. Nesse aspecto, as ações mudaram, mas os objetivos radicais, como impedir que o mercado existisse, manteve-se, por mais que as próprias organizações pareçam reconhecer que isso foi tornando-se cada vez mais difícil. Esse ponto será tratado na próxima subseção.

Lee *et al.* (2011) entendem que a resistência pode se concentrar em práticas e agentes que estão associados à uma estrutura de domínio. A esse respeito as organizações mostravam contrárias ao poder que estava sendo dado para grandes empresas multinacionais, em detrimento aos

pequenos agricultores locais. Nesse sentido, é importante trazer um outro destaque, que ajuda a compreender um dos pontos que é mais criticado pelas organizações (até hoje), o poder dado a CTNBio, em detrimento a órgãos ligados à Saúde e ao Meio Ambiente, tais como o Ibama e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). Desde 2005, a CTNBio passou a ser a comissão responsável por analisar e homologar a liberação e a aprovação de OGMs no Brasil, antes, segundo o Idec, “[...]a competência ficava a cargo da União com uma participação mais contundente das pastas de Saúde e Meio Ambiente” (Idec, 2020b, on-line). Como mencionado, o Ibama e a Anvisa fizeram ações contra liberações feitas pela CTNBio.

Quando o mercado passou a ser uma realidade, os objetivos também passaram a ser impedir que mudanças na regulamentação dos alimentos ocorressem (e.g., na rotulagem) e boicotar o mercado. Pontuamos que as organizações, desde quando a soja transgênica foi aprovada pela CTNBio, cobravam evidências de que o uso dos alimentos não causaria mal à saúde e não impactaria negativamente no meio ambiente – o que parece não ter ocorrido, pelo menos para as organizações. Depois que o plantio da soja e do milho foram liberados pela justiça, bem como da Lei de Biossegurança ter sido aprovada e regulamentada pelo Decreto nº 5.591/2005, os questionamentos quanto ao uso dos alimentos continuaram. Salientamos que várias ações junto a agentes do governo e em conjunto com outros movimentos e órgãos, ajudaram que essa Lei e a regulamentação demorassem a acontecer, pois eram consideradas mais flexíveis e mais brandas no que se refere à liberação dos alimentos, apesar de a CTNBio entender que o Brasil tem as regras muito rigorosas – ao ponto de dizer que são as mais rigorosas do mundo (Câmara dos Deputados, 2012).

A Lei Federal de 2005 (de Biossegurança) estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que englobam OGM e seus derivados, além de criar o Conselho Nacional de Biossegurança (Cnbs) e reestruturar a CTNBio. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.591/2005 e substituiu a Lei nº 8.794/1995, que já disciplinava sobre questões relacionadas aos OGMs.

As campanhas ‘Transgênicos: Não Engulo Essa!’, ‘Transgênicos no Meu Prato, Não!’ e ‘Por um Brasil Livre de Transgênicos’, e tantas outras, deixam clara a intenção de oposição completa ao mercado, bem como a campanha ‘Não Tirem o Nosso Tesão’ demonstra que até hoje as organizações atuam para que regras do mercado não sejam esvaziadas. O respeito às regras é uma cobrança antiga das organizações, visto serem recorrentes as denúncias de produtos que não cumpriam as normas de rotulagem. Ainda houve o questionamento quanto à norma que estabelecia que apenas alimentos com quantidade superior a 4% do seu peso ou volume deveriam ter a identificação nos rótulos, o que, para o Idec, seria o mesmo que não rotular – a maioria tinha níveis abaixo de 1% (Folha de S. Paulo, 2001b). O Decreto nº 4.680/2003 modificou essa regra e estabeleceu a rotulagem para aqueles acima do limite de 1% (Brasil, 2003). Devido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região ter acolhido a ação movida em 2001 pelo Idec e o Ministério Público Federal, e o Supremo Tribunal Federal ter mantido essa decisão, todos os alimentos devem conter a identificação, independentemente do percentual.

Ressaltamos que, apesar da liberação em 1998 da soja transgênica, bem como da autorização para a comercialização do óleo de soja transgênica em 1997, até 2003 ainda existia a proibição de plantar e comercializar alimentos transgênicos, graças às ações do *Greenpeace* e do Idec na justiça (com outros agentes). Ações de resistência também parecem ter motivado a demora de o governo federal modificar questões relacionadas aos OGMs, consideradas mais flexíveis, e contribuíram para que as regras de rotulagem fossem mais restritivas.

As ações das organizações também eram concentradas no nível municipal/estadual. Um exemplo é a aprovação de um projeto na Câmara Municipal de Fortaleza (Ceará), que proibia que alimentos transgênicos fossem utilizados na merenda escolar (Folha de S. Paulo, 2009). Embora não tenham sido encontradas evidências de que esse projeto se transformou em lei, o fato de o vereador que criou o projeto ter sido militante do *Greenpeace* e ter justificado essa atuação para a elaboração do projeto, mostra o quão esses agentes podem estar ocupando posição de poder e têm atuações diversificadas.

As preocupações relacionadas à saúde e ao meio ambiente ainda persistem. Podem ser encontradas, por exemplo, no Guia Proteção e Sustentabilidade do Idec, que fala sobre priorizar alimentos *in natura* e divulga o Movimento Comer Livre (Folha de S. Paulo, 2019). A campanha ‘Não Tirem o Nosso Tesão’, criada pelas organizações, atingiu mais de 100 mil mensagens, que foram encaminhadas aos senadores para pressionar a não aprovação do PL (Folha de S. Paulo, 2018) – ele não foi aprovado até hoje. Assim, podemos dizer que as organizações continuam resistindo ao mercado. Nesse aspecto, e, nos questionamentos sobre o mercado ficar nas mãos de grandes corporações internacionais e prejudicar os agricultores brasileiros, os movimentos buscaram subverter a lógica da dominação (Dalmoro *et al.*, 2014).

Em razão de todas as ações de ambas as organizações, geralmente em conjunto com outros movimentos e organizações (e com apoio de agentes políticos), e do sucesso de muitas delas até hoje (o que parece ser o caso do arroz dourado e do PL que visa retirar a letra “T” dos rótulos), as organizações são exemplos de ativistas em posição de poder, que Galvagno (2011) coloca como agentes possíveis de produzir resistência. Porém, entendemos que as ações só foram bem-sucedidas diante do apoio da sociedade civil não organizada, de agentes governamentais, de outros movimentos sociais e de outros órgãos (alguns ligados ao governo federal). Portanto, o poder dos ativistas de mercado, como as duas organizações, pode ser muito dependente da mobilização de outros atores (que podem contribuir com outros tipos de resistência, que nem sempre são observáveis).

Discussão: mudanças nas ações de resistência ao longo do tempo

Após apresentados os temas, é importante discutir alguns aspectos. Nesse sentido, por mais que fique claro que até hoje ambas as organizações sejam contrárias ao mercado de alimentos transgênicos, identificamos que

as ações de resistência e o foco mudaram ao longo do tempo. O Quadro 3 apresenta essas evidências das mudanças.

Períodos	Ações mais frequentes	Foco das ações
De 1998 a 2008	Manifestações em supermercados, em frente a fábricas, em locais turísticos, no Congresso e no Planalto etc. (protestos bem apoteóticos), mobilizações junto a agentes políticos, mesas de negociações, inspeções, ações judiciais e campanhas (inclusive pela <i>internet</i>).	<p>Impedir a existência do mercado, enquanto não fosse comprovado que ele não causasse riscos à saúde e ao meio ambiente; Fazer com que os consumidores boicotassem empresas que usassem transgênicos, bem como que empresas deixassem de usar transgênicos nos seus produtos e os supermercados deixassem de vender tais produtos;</p> <p>Influenciar que consumidores não usassem nenhum produto que contivesse transgênicos;</p> <p>Mobilizar consumidores a aderir as suas campanhas;</p> <p>Solicitar regras rígidas para a rotulagem de transgênicos.</p>
2009 a 2020	Mobilizações junto a agentes públicos, mesas de negociações, ações judiciais e campanhas (em redes sociais, sites, e-book etc.).	<p>Criticar a ampliação de autorização de sementes transgênicos, sem a comprovação de que não causariam riscos;</p> <p>Demonstrar que os transgênicos podem trazer riscos à saúde e ao meio ambiente;</p> <p>Apoiar ações que visem diminuir a quantidade de transgênicos que possam causar problemas à saúde e ao meio ambiente, como a PL n. 6432/2013, que visa proibir a venda, o cultivo e a importação de sementes de plantas alimentícias transgênicas com tolerância a herbicidas;</p> <p>Questionar e impedir que outros alimentos entrem no mercado (e.g., trigo);</p> <p>Fazer com que os consumidores priorizem produtos sem transgênicos;</p> <p>Mobilizar consumidores a aderir as suas campanhas;</p> <p>Manter e não esvaziar as regras de rotulagem e de fiscalização.</p>

Quadro 3. Ações de resistências e foco

Fonte: Elaborado pelas autoras

Até a forma como os jornais pesquisados abordavam as ações das organizações mudou. Se antes parecia que as posições do *Greenpeace* e do Idec, e de outras organizações e movimentos, pareciam fazer um certo sentido, depois observamos que as matérias traziam uma espécie de crítica às posições das organizações, ou, pelo menos, às suas ações. Não à toa a partir de 2007 é possível encontrar frases do tipo “[...]tumulto provocado pela presença de dois representantes do *Greenpeace* (...)” (O Estado de S. Paulo, 2007, on-line) e “[...]em Brasília numa suposta manobra para barrar a liberação comercial da primeira variedade de milho transgênico no país, dois representantes da ONG ambientalista *Greenpeace* tumultuaram a reunião (...)” (Folha de S. Paulo, 2007b, on-line). Há outras evidências, por exemplo: “[...]o sucesso do uso de transgênicos é evidente em muitas culturas (...) o “princípio da precaução” tem sido usado para barrar, com maior ou menor sucesso, a introdução de inovações (...) tem um forte componente moral e político (...)” (O Estado de S. Paulo, 2016, on-line).

A mudança de postura dos jornais pode sugerir o que Oliveira (2020) descreveu quanto à Folha de S. Paulo, eles podem ter escolhido adotar uma postura mais conveniente para o cenário sociopolítico do país.

Percebemos que até as organizações parecem ter entendido que não dava mais para ‘negar’ o mercado e que seria difícil fazer com que ele não existisse, sobretudo porque há aspectos econômicos que dificultam que ações sejam tomadas neste sentido: “[...]acabou o momento do não, não, não. Mas é preciso que o sim seja fruto de consenso (...)”, representante do *Greenpeace* (O Estado de S. Paulo, 2009, on-line). Nessa mesma matéria, o representante diz que os grupos se desmobilizaram a partir de junho de 2008, quando o Conselho de Ministros não aceitou o recurso contra a liberação comercial de uma variedade de milho transgênico.

Contudo, identificamos que ambas as organizações continuam a se mobilizar para impedir que novas liberações aconteçam (em outros meios), como do trigo, e, para isso, ainda contam com a ajuda dos consumidores. “Só a pressão popular pode barrar a liberação de trigo transgênico” (Idec, 2020c, on-line). O descrédito e a oposição a CTNBio também persistem: “[...] não há porque ter esperança de que a CTNBio se preocupe seriamente com a saúde da população ou com os impactos ambientais”, disse representante do Idec (2020c, on-line).

As mobilizações para que a letra “T” não seja retirada dos rótulos, bem como os questionamentos quanto à Resolução Normativa n. 24/2020 da CTNBio (Idec, 2020c) – foi revogada pela Resolução Normativa n. 32/2021 –, mostram que ambas as organizações buscam não esvaziar as regras de rotulagem e de fiscalização e buscam não deixar flexibilizar nada que diga respeito aos transgênicos. De acordo com o Idec, aquela Resolução facilitava ainda mais a liberação de OGMs, pois “[...]a comissão deixou a cargo das próprias empresas interessadas a realização de testes sobre os possíveis riscos” (on-line). Enfatizamos que a Resolução Normativa n. 32/2021 (CTNBio, 2021) parece ter mantido os pontos questionados pelo Idec.

O PL n. 6432/2013, apresentada no Quadro 3, parece ter trazido uma esperança as organizações, principalmente ao Idec, mas o fato de algumas comissões já terem rejeitado o projeto proposto por um deputado da esquerda, sugere que tal PL não será bem-sucedido. Ressaltamos que o projeto encontra-se aguardando parecer do relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cmads) (Câmara dos Deputados, 2021).

Considerações finais

O mercado de alimentos transgênicos é claramente marcado por disputas de vários agentes e nem de longe há um consenso sobre o uso dos alimentos e/ou outras questões relacionadas aos alimentos. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo identificar e discutir as ações de resistência ao mercado de alimentos transgênicos efetuadas pelo *Greenpeace* e Idec. Primeiramente, é importante destacar que foi possível perceber que as organizações buscam subverter a lógica capitalista, que permite, por

exemplo, que grandes corporações internacionais ocupem os espaços de agricultores locais. Nesse sentido, podemos dizer as intenções das ações eram impedir que o mercado existisse, pelo menos até que se comprovasse que ele é seguro para a saúde humana e o meio ambiente.

Os resultados mostraram que as duas organizações fizeram muitas ações, em conjunto, ao longo dos anos e que, embora as ações foram dirigidas ao governo e agentes políticos, elas também foram direcionadas às empresas, ao judiciário e aos consumidores individuais para o boicote e para impedir que as regras de rotulagem fossem esvaziadas. Como muitas das ações foram bem-sucedidas, podemos dizer que as organizações são ativistas de mercado capazes de produzir resistência (por mais que o poder dessas organizações fosse diminuindo ao longo do tempo). Contudo, isso só foi possível com a mobilização e participação de outros atores (e.g., políticos, órgãos governamentais, empresas, outros movimentos sociais, consumidores etc.). Além disso, as ações foram mudando ao longo do tempo, certamente, porque as organizações se deram conta de que o mercado já era uma realidade. Assim, por mais que até hoje as organizações sejam contrárias ao mercado, hoje as ações são no sentido, principalmente, de não esvaziar as regras de rotulagem e de coibir a entrada de outras variações transgênicas, de alimentos ainda não liberados (e.g., trigo).

Foi a articulação das organizações com atores distintos que possibilitou que muitas das ações de resistência aberta fossem bem-sucedidas. Exemplos de ações de resistência que foram feitas com a articulação de diversos atores, incluem a liberação do plantio da soja em 1998, pois em 2003 ainda havia o impedimento por meio da justiça e as ações impetradas quanto à liberação de variedades de milho transgênicos que impediram, durante um tempo, a produção e comercialização. Outro exemplo foi o episódio onde várias empresas que utilizavam ingredientes transgênicos em seus produtos, disseram que deixariam de utilizar, após mobilizações feitas junto aos consumidores para pressioná-las. De igual modo, a Lei da Biossegurança, que foi proposta bem antes, só foi aprovada em 2005.

Outros destaques foram as mobilizações para impedir a liberação do arroz dourado transgênico e para que a letra “T” não saísse dos rótulos. A grande mobilização feita pela *internet* e outros veículos, nesse último caso, certamente, teve impacto, pois apesar do projeto ter sido aprovado na Câmara, ele ainda não foi votado no Senado. Entretanto, a articulação junto a agentes políticos também parece ter sido fundamental. As mobilizações a nível estadual/municipal deixam claro que as organizações se espalharam em muitos espaços, e a esse respeito, exerceram influência em pessoas ligadas a posições de poder.

Em que se pese que evidências significativas quanto ao risco à saúde humana não existam e que riscos ambientais ainda pareçam ser estimados e sugeridos (quando não considerado o uso de agrotóxicos), o fato de o impacto ambiental não ser uma condição para a aprovação, como solicitaram as duas organizações, parece ser algo questionável, sobretudo porque poderia diminuir as resistências existentes.

Por todo o exposto, esta pesquisa contribui para novos estudos de resistência que levem em consideração que o mercado é uma arena com

vários agentes, e que, neste contexto, a potencialidade dos movimentos sociais no exercício de resistência deve ser observada, sobretudo porque, além dos protestos físicos, eles têm possibilidades de utilizar a tecnologia para as mobilizações sem fronteiras e costumam se articular com outros atores (e.g., agentes políticos, organizações governamentais etc.). Nesse sentido, por mais que o *Greenpeace* e o *Idec* sejam organizações bem diferentes, eles foram se aproximando no que se refere aos alimentos transgênicos (assim como outras organizações de natureza totalmente diferenciada, como o *Ibama*).

Uma outra contribuição desta pesquisa é que a resistência pode ser ao mercado, mas como existem vários agentes que participam do mercado, a resistência pode não se limitar às empresas que produzam ou comercializem produtos/serviços. Portanto, a resistência pode ser direcionada e impactar diversos atores ao mesmo tempo. A pesquisa também mostrou que alguns atos de outros atores podem ser considerados como resistência pelo observador e ter contribuído para as resistências abertas feitas pelos atores principais no exercício da resistência. Todos esses destaques desafiam as teorias existentes sobre resistência. Nesse prisma, é importante enfatizar a importância de teorizar, em marketing, sobre a resistência ao mercado e não somente, ao consumo ou do consumidor.

Nesse aspecto, entendemos que dois pontos devem ser considerados: as relações entre os agentes e outras possibilidades analíticas. Como pesquisas futuras, seria importante, inclusive, analisar outras ações de resistências de movimentos que tenham se formado a partir do contexto local e não a partir de ideias do Norte Global, ao encontro do que destaca *Hemais* (2018). Vale salientar que as organizações pesquisadas não surgiram a partir do contexto do Brasil. Isso pode permitir que aspectos relacionados a nossa realidade sejam considerados com mais profundidade. Sugerimos ainda, na direção de *Erbisti e Suarez* (2019), que se seja dado foco na compreensão do fenômeno e não em 'caixas teóricas' prévias, como anticonsumo e resistência, para que seja aproveitada toda a riqueza que o fenômeno pode apresentar.

Referências

- Abrasco (2015). *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Organizadores: Carneiro, F. F. et al. Recuperado em 20 junho, 2021, de https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf.
- Aldé, A., Escobar, J., & Chagas, V. (2007). A febre dos blogs de política. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, (33), 29-40.
- Alonso, A., & Favareto, A. (2012, Março 10). Do Rio ao Rio. *Revista Comciência*, 136 (1). Recuperado em 20 junho, 2021, de <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n136/07.pdf>.
- Alves, M. R., Oliveira, E. U. A. D., Campanate, C. M. T., & D'Andréia, C. F. D. B. (2010, Maio). Entre a forma e o conteúdo: análise de como os elementos gráficos adotados pela Folha de S. Paulo influenciam a leitura do jornal. *Anais do Congresso de ciências da comunicação na região sudeste*, 15, Vitória. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

- Barbosa, M. A. D. S., Silva, M. R. D. S., & Nunes, M. S. C. (2017, Outubro). Pesquisa qualitativa no campo estudos organizacionais: explorando a análise temática. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 41, São Paulo. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, Anpad.
- Barbeiro, V., Pipponzi, R. (2005). *Transgênicos: a verdade por trás do mito*. São Paulo, Greenpeace.
- Bauer-Panskus, A., Miyazaki, J., Kawall, K., & Then, C. (2020). Risk assessment of genetically engineered plants that can persist and propagate in the environment. *Environmental Sciences Europe*, 32(1), 1-15.
- BBC News. (2015, Junho 3). *Is opposition to genetically modified food irrational?* Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.bbc.com/news/science-environment-32901834>.
- Birman, P. (2015). Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 163-186.
- Brasil. (2003). *Decreto nº 4.680/2003*. Recuperado em 20 junho, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4680.htm.
- Brasil. (2005). *Lei nº 11.105/2005*. Recuperado em 20 junho, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm.
- Brasil, F. B., Soares, L. L., Faria, T. S., Boaventura, G. T. et al. (2009). The impact of dietary organic and transgenic soy on the reproductive system of female adult rat. *The Anatomical Record: Advances in Integrative Anatomy and Evolutionary Biology*, 292(4), 587-594.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Brondani, A. (2018). *Em 20 anos de transgênicos, o que os números revelam? Conteúdo oferecido pelo CIB*, 80-81. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://sciam.com.br/wp-content/uploads/2019/03/cib-transgenicos-2.pdf>.
- Bruggemann, A. L., Poffo, B. N., Souza, D. D., Messa, F. C. et al. (2014). Folha de São Paulo: um jornal a serviço (da copa) do Brasil. *LaboMídia*, 67-115.
- Câmara dos Deputados. (2012, Outubro 19). *Brasil é vice-líder em produção de transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.camara.leg.br/noticias/386786-brasil-e-vice-lider-em-producao-de-transgenicos/>.
- Câmara dos Deputados. (2021). *PL 6432/2013*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=593624>.
- Camara, M. C. C., Marinho, C. L., Guilam, M. C. R., & Nodari, R. O. (2009). Transgênicos: avaliação da possível (in) segurança alimentar através da produção científica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 16(3), 669-681.
- Campos, F. dos R. (2014). *Controvérsia, política e risco: enquadrando os transgênicos nos portais Estadão Digital e Folha de S. Paulo* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade.
- Cavalli, S. B. (2001). Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. *Revista de Nutrição*, 14, 41-46.

Cochoy, F. (2010). Reconnecting marketing to 'market-things': How grocery equipment drove modern consumption (*Progressive Grocer*, 1929-1959).

Croplife Brasil. (2020a, Agosto 14). *Alimentos transgênicos: estudo mostra que produção beneficia a agricultura e meio ambiente*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://croplifebrasil.org/noticias/alimentos-transgenicos-estudo-mostra-que-producao-beneficia-a-agricultura-e-meio-ambiente/>.

Croplife Brasil. (2020b). *Conceitos: transgênicos, conheça os produtos que revolucionaram a agricultura no mundo*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <http://croplifebrasil.org/conceitos/transgenicos-conheca-os-produtos-que-revolucionaram-a-agricultura-no-mundo/>.

CTNBio (2021). *Resolução Normativa n. 32/2021*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <http://ctnbio.mctic.gov.br/resolucoes-normativas>.

Dalmoro, M., Peñaloza, L., & Nique, W. M. (2014). Resistência do consumidor: diferentes estágios teóricos de um mesmo conceito. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(1), 119-132.

De Gregori, J. (2017). Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, 30(2).

Dobscha, S. (1998). The lived experience of consumer rebellion against marketing. *ACR North American Advances*.

Dutra, R. M. S., & De Souza, M. M. O. (2017). Cerrado, revolução verde e a evolução no consumo de agrotóxicos. *Sociedade & Natureza*, 29(3), 469-484.

Embrapa. [2014]. *Transgenia: quebrando barreiras em prol da agropecuária brasileira*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.embrapa.br/tema-transgenicos/sobre-o-tema>.

Englis, B. G., Solomon M. R. (1997). I am not therefore, I am: the role of avoidance products in shaping consumer behavior. *Advances in Consumer Research*, 24 (Issue 1), 61-63.

Erbisti, M., & Suarez, M. C. (2019). Ad blocking: discursos de adoção e de anticonsumo da publicidade. *Revista de Administração de Empresas*, 59, 170-182.

Exame. (2018, Setembro 02). *20 anos depois da aprovação, transgênico se torna regra no campo*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://exame.com/brasil/20-anos-depois-da-aprovacao-transgenico-se-torna-regra-no-campo/>.

Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating rigor using thematic analysis: a hybrid approach of inductive and deductive coding and theme development. *International journal of qualitative methods*, 5(1), 80-92.

Folha de S. Paulo (2009, Outubro 21). *Câmara de Fortaleza aprova proibição de transgênicos em merenda escolar*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2009/10/641214-camara-de-fortaleza-aprova-proibicao-de-transgenicos-em-merenda-escolar.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2002, Dezembro 05). *Cientista quer discutir transgênicos com o PT*. 2002b. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0512200201.htm>.

Folha de S. Paulo. (2007b, Maio 16). *CTNBio aprova plantio e comercialização de milho transgênico*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u117227.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2018, Maio 07). *Entidades atuam contra “Pacote do Veneno” e fim do “T” para transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/entidades-atuam-contra-pacote-do-veneno-e-fim-do-t-para-transgenicos.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2001a, Agosto 20). *Estudo encontra genes desconhecidos em soja transgênica*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u4638.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2007a, Setembro 21). *Folha lança o novo suplemento Vitrine*. Recuperado em 18 abril, 2022, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2109200716.htm>.

Folha de S. Paulo. (2005, Março 22). *Greenpeace faz manifestação em Brasília contra os transgênicos*. Recuperado em 10 abril, 2022, de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u67982.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2003b, Outubro 21). *Greenpeace protesta em supermercado contra transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u75431.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2003a, Maio 08). *Novo guia vai listar alimentos com produtos transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u66921.shtml>.

Folha de S. Paulo. (2019, Janeiro 07). *Saiba como se tornar consumidor consciente em passos simples*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/saiba-como-se-tornar-consumidor-consciente-em-passos-simples.shtml>.

Folha de S. Paulo. (1999, Junho 02). *Fique de olho nas campanhas ecológicas*. Recuperado em 10 abril, 2022, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/informat/fr02069903.htm>.

Folha de S. Paulo. (2001b, Julho 20). *Transgênicos serão rotulados em 2002*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2007200101.htm>.

Fonseca, F. C. P. (1997). Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso. *Opinião Pública*, 4(2), 114-121.

Gabriel, Y., & Lang, T. (1995). *The unmanageable consumer: contemporary consumption and its fragmentations*.

Galvagno, M. (2011). The intellectual structure of the anti consumption and consumer resistance field: an author co citation analysis. *European Journal of Marketing*.

Gilles, F., Melgarejo, L., Fernandes, G. B., & Ferraz, J. M. (2015). *Lavouras transgênicas: riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Gohn, M. D. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 331-361.

Gohn, M. D. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.

Greenpeace. [2021]. *Você conhece o Greenpeace?* Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.greenpeace.org/brasil/conheca-o-greenpeace/>.

- Greenpeace Brasil. (2018, Março 19). *Não tirem o nosso Tesão!* Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/nao-tirem-o-nosso-tesao/>.
- Guerreiro Neto, G. (2016). Da opinião à identidade características do editorial em dois jornais brasileiros. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 5(2), 92-105.
- Halley, B. M. (2014). Onde mora o Xangô? Fatores de localização de terreiros afro-religiosos às margens do Rio Água Fria-Recife (Séculos XIX-XX). *Tempo, Técnica e Território*, 5(1), 25-50.
- Hemais, M. W. (2018). Uma perspectiva pós-colonial sobre organizações consumeristas no Brasil. *Cadernos Ebape. br*, 16, 594-609.
- Herrera, J. A., & Moreira, R. P. (2013). Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. *Revista Campo-Território*, 8(16).
- Hollander, J. A., & Einwohner, R. L. (2004, December). Conceptualizing resistance. In *Sociological forum*, 19(4), 533-554. Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers.
- Idec. (2020a, Junho 09). *Festa junina em casa: descubra e experimente novos pratos tradicionais*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/festa-junina-aproveite-para-descobrir-novos-alimentos-e-conhecer-pratos-tradicionais>.
- Idec. (2020b, Setembro 18). *Idec critica nova Resolução da CTNBio sobre transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://idec.org.br/noticia/idec-critica-nova-resolucao-da-ctnbio-sobre-transgenicos>.
- Idec. (2008, Fevereiro 12). *Liberação de milho transgênicos deixa clara irresponsabilidade do governo*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://idec.org.br/noticia/idec-critica-nova-resolucao-da-ctnbio-sobre-transgenicos>.
- Idec. [2021]. *Quem somos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://idec.org.br/quem-somos>.
- Idec. (2013, Outubro 23). *Será o fim dos transgênicos?* Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://idec.org.br/em-acao/artigo/sera-o-fim-dos-alimentos-transgenicos>.
- Idec. (2020c, Outubro 29). *Só a pressão popular pode barrar a liberação de trigo transgênico*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://idec.org.br/idec-na-imprensa/so-pressao-popular-pode-barrar-liberacao-de-trigo-transgenico-no-brasil>.
- Idec. [2009]. *Transgênicos: feche a boca e abra os olhos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.idec.org.br/ckfinder/userfiles/files/Cartilha%20Transgenico.pdf>.
- Isto é. (2015, Outubro 09). *Europa diz não aos transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de https://istoe.com.br/438343_EUROPA+DIZ+NAO+AOS+TRANSGENICOS/.
- Iyer, R., & Muncy, J. A. (2009). Purpose and object of anti-consumption. *Journal of Business Research*, 62(2), 160-168.
- Izberk Bilgin, E. (2010). An interdisciplinary review of resistance to consumption, some marketing interpretations, and future research suggestions. *Consumption, Markets and Culture*, 13(3), 299-323.
- Jacobini, M. L. de P. (2008). O jornalismo econômico e a concepção de mercado: Uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. *Brazilian Journalism Research*, 4(2), 190-209.

- Jacobi, P. (2000). Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. *Brazilian Journal of Public Administration*, 34(6), 131-158.
- Kraemer, F., Silveira, T. D., & Rossi, C. A. V. (2012). Evidências cotidianas de resistência ao consumo como práticas individuais na busca pelo desenvolvimento sustentável. *Cadernos Ebape. Br*, 10, 677-700.
- Krupczak, C., Aires, J. A., & Reis, P. G. R. dos. (2020). Controvérsias sociocientíficas: análise comparativa entre Brasil e Portugal. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, 16(37), 89-105.
- Lacey, H. (2006). *A controvérsia sobre os transgênicos: questões científicas e éticas*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Lee, M., Roux, D., Cherrier, H., & Cova, B. (2011). Anti-consumption and consumer resistance: concepts, concerns, conflicts and convergence. *European Journal of Marketing*.
- Lemieux, C. (2007). À quoi sert l'analyse des controverses? *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, (1), 191-212.
- Lins, A., & Alves, M. (2021). A candidatura de Lula em 2018 nas páginas de opinião da grande imprensa: Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo. *Brazilian Journal of Policy and Development*, 3(1), 18-18.
- Marcelino, L. V., & Marques, C. A. (2018). Controvérsias sobre os transgênicos nas compreensões de professores de Química. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)*, 20.
- Mariuzzo, P. (2014). Transgênicos dividem o continente europeu. *Ciência e Cultura*, 66(1), 14-16.
- Miguel, K. G. (2020). Manifesto sobre as práticas comunicativas do Greenpeace Brasil e Instituto Socioambiental em cenários de tensionamentos. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, (144), 141-162.
- Miguel, K. G. (2014). *Pensar a cibercultura ambientalista: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.
- Mion, J. (2022). Após 30 anos, Sonia Racy deixa coluna Direto da Fonte, no Estadão. *Rede Bahia*. Recuperado em 20 abril, 2022, de <https://aloalobahia.com/notas/apos-30-anos-sonia-racy-deixa-coluna-direto-da-fonte-no-estadao>.
- Moreira, W. J.; Oliveira, E. C. da S. de. (2013) Dez anos dos ataques ao World Trade Center: o discurso criado pela Folha de S. Paulo no caderno especial 11/9/01—o dia que marcou uma década. *e-Com*, v. 6, n. 1.
- Nascimento, M. C. R., Teixeira, J. C., Oliveira, J. S. D., & Saraiva, L. A. S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “Rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17, 55-81.
- O Estado de S. Paulo. (2009, Março 19). *Análise de arroz transgênico reabre conflito na CTNBio*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,analise-de-arroz-transgenico-reabre-conflito-na-ctnbio,341368>.
- O Estado de S. Paulo. (2004, Outubro 07). *Cientistas veem avanço em texto de biossegurança*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,cientistas-veem-avanco-em-texto-de-biosseguranca,20041007p2757>.

- O Estado de S. Paulo. (2001a, Agosto 31). *Greenpeace aponta produtos com soja transgênica*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,greenpeace-aponta-produtos-com-soja-transgenica,20010831p14646>.
- O Estado de S. Paulo. (2018, Novembro 13). *Idec lança e-book com 10 mitos e verdades sobre agrotóxicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/idec-lanca-e-book-com-10-mitos-e-verdades-sobre-agrotoxicos/>.
- O Estado de S. Paulo. (2001b, Julho 26). *Idec: produção de soja transgênica é crime*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,idec-producao-de-soja-transgenica-e-crime,20010726p13950>.
- O Estado de S. Paulo. (2010, Julho 28). *Justiça proíbe venda de milho transgênico da Bayer*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-proibe-venda-de-milho-transgenico-da-bayer-imp-,586964>.
- O Estado de S. Paulo. (2003, Setembro 23). *Liberar transgênicos é agredir cidadão, diz Idec*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,liberar-transgenicos-e-agredir-cidadao-diz-idec,20030923p36199>.
- O Estado de S. Paulo. (2007, Março 23). *Presidente da CTNBio é acusado de abuso de autoridade*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-da-ctnbio-e-acusado-de-abuso-de-autoridade,20070323p28422>.
- O Estado de S. Paulo. (2002, Junho 10). *Proibição de transgênicos beneficia Brasil, diz Greenpeace*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,proibicao-de-transgenicos-beneficia-brasil-diz-greenpeace,20020610p59121>.
- O Estado de S. Paulo. (2022). *Sustentabilidade*. Recuperado em 18 abril, 2022, de <https://sustentabilidade.estadao.com.br>.
- O Estado de S. Paulo. (2016, Agosto 15). *Transgênicos e hidrelétricas*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,transgenicos-e-hidreletricas,10000069402>.
- O Globo. (2017, Setembro 19). *Projeto de lei que dispensa símbolo de transgênicos em rótulos avança no Senado*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/projeto-de-lei-que-dispensa-simbolo-de-transgenicos-em-rotulos-avanca-no-senado-21844606>.
- Oliveira, R. S. D., Pinto, G. R., & Vizzotto, Y. A. (2020). O movimento ambientalista em rede: o uso das redes sociais virtuais pelo Greenpeace como instrumento de preservação do meio ambiente. *Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law*, 21(1), 229-250.
- Oliveira, R. C. D. A. de, de Paula Pessôa, L. A. G., & Ayrosa, E. A. T. (2017). Resistência, Jamming e antipublicidade: uma análise dos spoof ads da adbusters media foundation. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1373-1437.
- Oliveira, V. M. D. (2020). Análise comparativa de editoriais nos jornais folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. *Revista do Gelne*, 22(1), 147-160.
- Orwall, B. (1999, Janeiro 11). *Disney recalls 'the rescuers' video containing image of a topless woman*. Wall St J., East Ed. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www.wsj.com/articles/SB915848860543831000>.

- Paiva, A. R. (2010). Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. *Movimento dos direitos civis: esfera religiosa em movimento social*. 99-123.
- Paterniani, S. Z. (2016). Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(91), 1-18.
- Peñaloza, L., & Price, L. L. (1993). Consumer resistance: a conceptual overview. *ACR North American Advances*.
- Pinch, T., & Leuenberger, C. (2006). Studying scientific controversy from the STS perspective. In *EASTS Conference "Science Controversy and Democracy"*.
- Poster, M. (1992). The question of agency: Michel de Certeau and the history of consumerism. *Diacritics*, 22(2), 94.
- Revista Abril. (2018, Fevereiro 21). *O papel dos alimentos transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://saude.abril.com.br/blog/alimente-se-com-ciencia/o-papel-dos-alimentos-transgenicos/>.
- Ribeiro, I. G., & Marin, V. A. (2012). A falta de informação sobre os Organismos Geneticamente Modificados no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 359-368.
- Roux, D. (2007). Consumer resistance: proposal for an integrative framework. *Recherche et Applications en Marketing (English Edition)*, 22(4), 59-79.
- Senado. (2019). *Projeto de Lei nº 34/2015*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120996>.
- Senado Notícias. (2017, Maio 23). *Projeto reacende debate sobre alimentos transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/projeto-reacende-debate-sobre-alimentos-transgenicos>.
- Séralini, G. E., Clair, E., Mesnage, R., Gress, S. *et al.* (2014). Republished study: long-term toxicity of a Roundup herbicide and a Roundup-tolerant genetically modified maize. *Environmental Sciences Europe*, 26(1), 1-17.
- Souza, M. D. S., & Silva, A. R. P. D. (2018, Setembro). Estudo comparativo do conhecimento, da aceitação e do comportamento de compra do consumidor frente aos alimentos transgênicos no município de Uberaba-MG. *Anais do Seminário de Pesquisa e Inovação Tecnológica-Sepit*, 2(1).
- Trindade, T. D. O. (2010). *Movimentos de resistência ao consumo: condições de existência e implicações para políticas públicas* (Dissertação de Mestrado). Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.
- Ulver, S., & Laurell, C. (2020). Political ideology in consumer resistance: analyzing far-right opposition to multicultural marketing. *Journal of Public Policy & Marketing*, 39(4), 477-493.
- Vale, S. (2015). *Desinformação sobre alimentos transgênicos*. Recuperado em 20 junho, 2021, de <http://www.epsvj.fiocruz.br/desinformacao-sobre-alimentos-transgenicos>.